

"Brasil não pede dinheiro novo"

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, sentará à mesa de negociação com os representantes do comitê de assessoramento da dívida externa brasileira, no dia 5 de novembro próximo, com a disposição de não pedir dinheiro novo ("new money") para financiar o balanço de pagamentos de 1985.

"Os bancos credores são unânimes em dizer que sem dinheiro novo a renegociação fica facilitada", admite o ministro, que nas últimas duas semanas se encontrou com representantes de quarenta bancos internacionais credores do Brasil.

"A hipótese mais viável é de que realmente não vamos precisar de 'new money'", advoga Galvêas, mostrando suas razões, na ponta do lápis.

O ministro trabalha com um crescimento econômico dos Estados Unidos de apenas 2,5 a 3% em 1985 e a manutenção de uma taxa de juros nos atuais 12,5%. Diante dessas premissas, o superávit comercial se situaria na faixa de US\$ 10 bilhões a US\$ 10,5 bilhões, com exportações de apenas US\$ 27 bilhões e importações na casa dos US\$ 17 bilhões (ver ao lado).

Esse superávit da balança comercial serviria para cobrir cerca de US\$ 14 bilhões de déficit da balança de serviços e a diferença de US\$ 4 bilhões, somada a US\$ 1,7 bilhão de amortizações que terão de ser pagas no ano que vem (uma parcela das amortizações de crédito de fornecedores e Banco Mundial não entra no sistema de rolagem), totalizaria, portanto, US\$ 5,7 bilhões de necessidade de financiamento do balanço de pagamentos.

O ministro garante que essa cifra é perfeitamente coberta pelos créditos de organismos oficiais (Banco Mundial, FMI, BID), investimentos diretos (não inferiores a US\$ 1 bilhão) e "supplier's credit". Assim,

"Brasil não..."

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

o País não teria de forçar os bancos internacionais a desembolsar mais recursos em 1985.

O ministro considera que essas projeções são até mesmo conservadoras, pois as exportações renderão, seguramente, pelo menos US\$ 1,3 bilhão mais que neste ano, quando devem fechar em US\$ 27 bilhões. Assim, fazendo as contas, a necessidade de financiamento do balanço de pagamentos cairia para US\$ 4,4 bilhões.

Tecnicamente, portanto, o País poderia prescindir de novos recursos, mesmo porque encerrará este exercício com uma caixa bastante reforçada: cerca de US\$ 6,5 bilhões. Mas, politicamente, considerando que a 15 de março assume uma nova administração, há dúvidas de que seria uma atitude acertada. Galvêas pondera, contudo, que, ao abdicar de dinheiro novo e com uma caixa que cobriria cinco meses de importação, a situação do novo governo ainda seria bastante confortável. Ademais, argumenta o ministro, contratar recurso novo é muito caro e nenhum investimento dá um retorno de 12,5%, que é a taxa da Libor hoje.

CONFIANÇA

De suas inúmeras conversas com os banqueiros credores, o ministro da Fazenda afirma ter ouvido manifestações de extrema confiança no processo de ajustamento da economia

(Continua na página 16)

Lembrando que a pior fase de ajustamento da economia brasileira foi ultrapassada, o embaixador americano Diego Asencio disse ontem no Rio que o "Brasil deveria tentar uma negociação direta com os banqueiros internacionais, sem a intermediação do Fundo Monetário Internacional". Segundo ele, as soluções indicadas para a dívida brasileira até o momento são apenas paliativas.

(Ver página 16)

brasileira. "Eles não economizaram elogios", diz Galvêas, acentuando que mesmo a alta taxa de inflação é bem compreendida, como decorrência do ajuste externo que o País teve de fazer. Mas os banqueiros não parecem dispostos a introduzir nenhum ingrediente novo na renegociação da dívida externa brasileira, seja ele a capitalização dos juros ou qualquer novo instrumento. "O modelo que está em vigor é o que foi aplicado ao México e à Venezuela", admite Galvêas, observando que a fórmula de renegociação brasileira, porém, será traçada no dia 5 de novembro, quando se abre formalmente a fase 3 da renegociação. Aí é que se definirá se a negociação será multianual, se implicará desembolso de dinheiro novo, qual o "spread" que será aplicado, prazos, carências, etc...

O ministro insistiu em afirmar que o clima internacional é bastante favorável ao Brasil, "mesmo quando se inclui o ingrediente político". Os banqueiros estariam plenamente confiantes no processo de abertura democrática do País, que passa pela sucessão presidencial, pois, segundo Galvêas, "a performance da economia, após os ajustes que fizemos, só tende a melhorar, e eles acreditam que não há por que mudar o curso atual".

NÚMEROS

Os números que começam a ser elaborados pelo governo brasileiro para levar a Nova York no dia 5 de novembro são bastante parecidos com a projeção de balanço de pagamentos, confeccionada pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional em conjunto com os técnicos do Banco Central. Segundo essa projeção, a balança comercial brasileira será superavitária em 1985 em US\$ 10,6 bilhões, sendo US\$ 27,7 bilhões de exportação e US\$ 17,1 bilhões de importação. O déficit na conta de serviços está projetado em US\$ 14,5 bilhões, sendo que o item juros parece subestimado — US\$ 10,1 bilhões e o déficit em transações correntes ficaria, portanto, em US\$ 4 bilhões —, a mesma cifra citada por Galvêas. O movimento líquido de capitais, portanto, implicaria recursos da ordem de US\$ 5,9 bilhões. Não se prevêem gastos de reservas internacionais, nem na projeção do FMI nem nas considerações de Galvêas.

O ministro da Fazenda afastou, mais uma vez, a possibilidade de ingerência dos dois candidatos à Presidência da República no

processo de renegociação da dívida externa brasileira para o ano que vem. "Candidato é candidato", argumenta ele, observando que o governo brasileiro não se reporta ao candidato Walter Mondale para resolver qualquer questão com os Estados Unidos. Não descartou, contudo, a eventualidade de consultas internas, ao longo do processo de renegociação.